A CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA DA GUINÉ-BISSAU PARA A SUSTENTABILIDADE CIENTIFICA E O DESENVOLVIMENTO

Samba Sané[1]

RESUMO: Ao contrário do que tem acontecido noutras partes do mundo, na Guiné-Bissau as instituições com vocação para a investigação científica antecederam a implantação das instituições de formação superior por excelência no caso concreto as Universidades, em cerca de duas décadas. Criado em 1984 com o objetivo de promover e coordenar as atividades de investigação científica no domínio das ciências sociais e naturais, o INEP, ciente da forte ligação entre a pesquisa e o desenvolvimento, e do fato de que a maior força de qualquer país não reside nas suas riquezas naturais, mas nos seus recursos humanos, tem lutado desde a primeira hora, com enormes sacrifícios na busca da capacitação cientifica e tecnológica do país entendido como uma das condições estratégicas para o seu processo de desenvolvimento. O Instituto brilhou pela criação e divulgação de conhecimento; Engajou-se firmemente tanto na pesquisa fundamental como na aplicada; transformando-se num ator chave para o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, atuando como um banco de

[1] Samba Sané é Graduado em Administração, com Especialização em Administração Estratégica e Mestrado em Desenvolvimento Gestão e Cidadadnia pela UNIJUI, Investigador INEP/Guiné-Bissau e Professor da URI/FW.

conhecimento e a principal entidade de consulta para o país inteiro, sustentando as suas políticas e programas de desenvolvimento.

Palavras-chave: INEP. Sustentabilidade Cientifica. Desenvolvimento. Guiné-Bissau

INTRODUÇÃO

Hoje, o desenvolvimento depende predominantemente da capacidade de gerar e aplicar produtivamente o conhecimento, condição indispensável da produtividade, da competitividade, mas também do capital social. Segundo Maciel (2001, p. 18), dados dos paises mais avançados demonstra que "a capacidade inovadora de uma empresa ou de uma nação não depende pura e simplesmente de sua capacidade econômica de investir em novas tecnologias nem da de seus dirigentes para elaborar estratégias econômicas adequadas" e sim da capacidade social, cultural e política de aplicar produtivamente e aproveitar socialmente os recursos materiais e imateriais disponíveis.

É certo que as necessidades econômicas e sociais constituem forças impulsionadoras da ciência e da tecnologia. Mas é evidente também que a ciência e a tecnologia são os motores do progresso econômico e social. Em consequência, um país que queira assegurar o seu desenvolvimento e preservar a sua autonomia deve consentir esforços para construir uma base sólida de pesquisa-desenvolvimento e de serviços científicos e tecnológicos, apoiando-se num sistema de ensino largamente aberto à ciência e à tecnologia.

Isto porque as mudanças observadas nos sistemas socioeconômicos mais avançados indicam a passagem de uma sociedade baseada na produção de bens materiais para a sociedade fundada no conhecimento. No contexto do novo

paradigma produtivo, tornam-se imprescindíveis a produção/ distribuição do conhecimento e a redução das desigualdades sociais, como aspetos reciprocamente necessários e indispensáveis. Essas transformações exigem articulações dinâmicas entre universidade, instituto de pesquisa, empresa e Estado em um processo de inovação que não é só cientifico e tecnológico, mas também social.

O ponto central é que o conhecimento se tornou uma das dimensões cruciais do exercício do poder nas relações internacionais. A assimetria no domínio científico e na capacidade de inovação tecnológica é uma das bases fundamentais da polarização do mundo contemporâneo. Portanto, um país que queira viabilizar seu desenvolvimento tem de conferir importância estratégica à área de Ciência e Tecnologia.

Desde a sua recente independência, a Guiné-Bissau vem lutando para conseguir um lugar aceitável na nova ordem internacional em construção, sem perder a sua identidade e sua especificidade cultural. Dentre estes esforços, a atuação do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa tem sido importante na busca da capacitação cientifica e tecnológica do país entendido como uma das condições estratégicas para o seu processo de desenvolvimento.

Assim é que neste artigo, pretende-se apresentar de forma sucinta a intervenção e a contribuição do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, para tal capacitação, enquanto instituição cientifica e tecnológica mais importante da Guiné-Bissau, para o desenvolvimento de estudos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental e humano deste país, identificando e caracterizando os principais projetos de pesquisa.

HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DO INEP

Na Guiné-Bissau, assim como na maioria dos paises africanos, a atividade de pesquisa cientifica e tecnológica remonta ao inicio da época colonial. Eram na sua maioria atividades de pesquisa agronômica relativas às culturas de exportação (amendoim, arroz, etc.) para favorecer o aprovisionamento em matérias primas as fabricas da metrópole.

Após a independência, por motivos múltiplos, ligados principalmente à falta de quadros fez com que as atividades de pesquisa ficassem em segundo plano, no quadro das prioridades do governo, tendo-se mantido as estruturas coloniais, mudando apenas a legenda, e, destinando ínfimos recursos, tanto humanos como financeiros para o seu funcionamento. O INIC – Instituto Nacional de Investigação Cientifica, funcionou neste quadro até ser substituído em 1984, pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Criado em 1984 com o objetivo de promover e coordenar as atividades de investigação científica no domínio das ciências sociais e naturais, o INEP surgiu e evoluiu num contexto muito particular. Este contexto pode ser caracterizado por uma diversidade de fatores, nomeadamente históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais.

Não sendo a única instituição com vocação para a pesquisa que o país viu nascer durante os cerca de trinta e cinco anos da sua existência como nação independente, o INEP é das instituições nacionais que atravessaram uma multiplicidade de situações adversas ao seu normal funcionamento. Uma dessas situações tem a ver com o fato de ter sido criado num país sem tradição acadêmica.

Ao contrario do que tem acontecido noutras partes do mundo, na Guiné-Bissau as instituições com vocação para a investigação científica antecederam a implantação das instituições de formação superior por excelência no caso concreto as Universidades, em cerca de duas décadas.

Esta situação, aliada à ausência no país de meios financeiros destinados à pesquisa e divulgação dos seus resultados e ainda ao crônico problema energético, entre outros, revelam o quanto foi difícil fazer funcionar uma instituição desta natureza com o mínimo grau de eficacidade possível. Mas, nem por isso, o projeto INEP deixou de trazer contributos importantes na implantação e consolidação de uma linha de investigação científica de rigor, em conformidade com os padrões internacionalmente reconhecidos.

A criação do INEP pelo decreto lei n° 31/84 de 10 de novembro de 1984, correspondia a três preocupações que resultaram da ausência de investigação no país:

- Perda do patrimônio cultural do país (documental e oral relacionado com a luta de libertação nacional);
- Inadaptação da maior parte dos estudos sócioeconômico à realidade do país, visto que eram sistematicamente feitos por entidades estrangeiras;
- Fracasso nas escolhas tecnológicas, por ausência de reflexão sobre questões técnicas.

A estas três preocupações, devem-se acrescentar outras não menos importantes, nomeadamente:

1. Criação de um discurso científico nacional;
2. Criação de um fórum de discussões aprofundadas sobre problemas acadêmicos;
3. Criação de uma rede de colaboradores para trabalhos científicos;
4. Criação de relações permanentes com a comunidade científica internacional.

Subjacentes a estas necessidades, o INEP devia ser dotado de um corpo de profissionais capazes e de uma estrutura organizacional funcional, possibilitando uma dinâmica própria. Foram-lhe assim confiadas largas atribuições, descritas no decreto de criação:

a) Executar a política de investigação científica traçada pelo Governo;
b) Dinamizar ações de pesquisa em todos os domínios das ciências sociais e naturais;
c) Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas com interesse para o fortalecimento da consciência nacional e o desenvolvimento sócio-econômico do país;
d) Centralizar toda a documentação existente no país com interesse para a pesquisa;
e) Apoiar o Ministério da Educação na elaboração de programas e manuais escolares;
f) Coordenar as investigações científicas realizadas no país por pessoas ou organismos estrangeiros.

A principal missão do instituto seria, portanto a promoção de estudos e pesquisas no domínio das ciências sociais e naturais relacionadas com os problemas de desenvolvimento da Guiné-Bissau e contribuir para a valorização dos recursos humanos locais.

Entretanto, os novos estatutos do INEP aprovados em 2003, redefiniram esta missão atribuindo ao Instituto no seu artigo 3° maiores responsabilidades, adaptando-o às exigências, à evolução e às necessidades de desenvolvimento do país, a saber:

a) Realizar Estudos e investigação nos domínios de história, antropologia, etnografia e de ciências sociais, econômicas e naturais, por sua iniciativa ou a solicitação de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

b) Apoiar o Governo na elaboração, execução e dinamização de uma Política de investigação Cientifica nos domínios referidos na alínea anterior;
c) Recolher e centralizar toda a documentação existente no País e no estrangeiro, com o interesse para a pesquisa;
d) Acompanhar e facilitar as ações de investigação científica a realizar no País por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras nos domínios mencionados na alínea a) do presente artigo;
e) Promover a ligação entre o ensino e a Pesquisa.
f) Divulgar os resultados da pesquisa.

Do ponto de vista jurídico-institucional, o INEP é uma pessoa coletiva de direito publico, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e funciona atualmente sob a tutela do Ministério da Educação Nacional. Os recursos financeiros do instituto provêm de subvenções do Estado, honorários de consultorias e donativos externos.

O INEP desenvolve a sua principal atividade através da pesquisa fundamental e aplicada. Anima igualmente, ciclos de reflexões e debates, organizando conferências, colóquios e seminários de caráter nacional e internacional. Divulga os resultados das suas pesquisas através de linhas de publicações próprias.

O engajamento do Instituto na investigação cientifica fundamental, orientada para os problemas do país, tem por objetivo, a reconstrução do passado da Guiné-Bissau e o debruçar-se sobre algumas das questões mais prementes para informações vitais. Isto porque o país sofreu, e em certa medida continua a sofrer, de quase total falta, ou séria inadequação, de importantes dados estatísticos e científicos na base dos quais seriam tomadas decisões e delineados planos. O INEP entende que é muito importante no contexto de uma sociedade multiétnica/multi-cultural em luta pela construção da nação, que a opinião expressa seja fundamentada.

Em menos de duas décadas o INEP transformou-se numa instituição de referência nacional e internacional com relação à reflexão cientifica sobre a África Ocidental e a África Lusófona em geral e sobre a Guiné-Bissau em particular. Este reconhecimento internacional valeu a sua escolha, pelo PNUD/Futuros Africanos, para fazer parte da sua rede de 13 Centros de Excelência selecionados ao nível da África ao Sul do Sahara para assegurar, entre outros, a formação e o desenvolvimento no domínio da planificação estratégica e da gestão do desenvolvimento, por forma a oferecer ao continente uma "expertise" de referencia na matéria.

Até junho de 1998, o Instituto tinha conseguido atingir um grau de crescimento muito apreciável. Todos os centros de estudos e pesquisas assim como os demais setores de apoio à investigação estavam bem estruturados e a cumprir com os seus planos e, os resultados eram animadores. Tanto a pesquisa fundamental como a aplicada, áreas básicas da atuação do instituto estavam em franco desenvolvimento.

Estes resultados foram alcançados devido ao esforço conjugado dos investigadores permanentes e associados do Instituto e graças ao apoio dos parceiros de cooperação que tiveram a amabilidade de disponibilizar meios financeiros, materiais e humanos que tornaram possível a implementação dos programas de investigação, viabilizando assim a manutenção de uma linha editorial ao longo de todos estes anos, já que a nível do país, quer a nível do orçamento geral do Estado, quer a outros níveis, não existe nenhuma provisão orçamental para a investigação científica.

Uma das maiores preocupações do Instituto desde a criação foi com relação aos recursos humanos, com a necessidade ter quadros de boa qualidade profissional e de assegurar-lhes condições de vida e trabalho adequados. Neste sentido criou uma grelha salarial própria, com maiores ganhos, atingindo em 1990 mais de 100% acima dos salários praticados na função publica. Esta estratégia aliada à melhoria das condições de trabalho,

designadamente, climatização dos escritórios; informatização; garantia de permanente formação e atualização tanto a nível local com no exterior, permitiu ao Instituto ter e manter até 1998 os melhores técnicos para o desenvolvimento das suas atividades.

As relações internacionais têm sido um dos domínios privilegiado no quadro das atividades do INEP. Desde a primeira hora o INEP se convenceu da necessidade de uma abertura em relação ao estrangeiro, não só no intuito de assegurar uma irradiação do Instituto para o exterior, mas, sobretudo para poder assimilar as experiências acumuladas noutras partes do mundo no domínio da investigação.

A participação de delegados do INEP em conferências, colóquios, seminários e realizações afins, tem-se revelado vantajosa nos dois sentidos: por um lado permite o intercâmbio de conhecimentos e de experiências entre os investigadores e demais quadros do INEP e seus homólogos estrangeiros e por outro possibilita o estabelecimento de contatos entre o INEP e Instituições afins no estrangeiro. A realização de conferências de caráter internacional por parte do INEP, constitui um outro aspecto deste relacionamento que tem trazido frutos à Instituição.

O INEP é hoje membro de muitas organizações internacionais nomeadamente, da CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Econômica e Social em África); CIA (Conselho Internacional de Arquivos); FIS (Federação Internacional das Ciências); CERDAS (Centro de Pesquisa e Documentação da África Subsariana); AAPS (Associação Africana de Ciências Políticas); Federação Internacional de Bibliotecas; IAI (International African Institute); TWAS (Academia de Ciências do Terceiro Mundo); AAS (Academia Africana das Ciências); Colégio de México; ASA (Associação de Estudos Africanos); Assinou vários convênios de cooperação com Institutos e Universidades Estrangeiras, dentre elas a UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil;

Universidade de Paris, I Sorbonne; Universidade de Goteborg, Departamento de Economia, Suécia; Universidade de Birmingham; Instituto Fundamental de África Negra, e mantém contatos com mais de 200 instituições estrangeiras, tendo neste quadro enviado vários dos seus funcionários para cursos de graduação, mestrado, doutorado, estágios, etc., e recebido de igual forma os quadros destas instituições.

ALGUNS PROJETOS DE ESTUDOS E PESQUISA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Na verdade todos os projetos de estudos desenvolvidos pelo Instituto tiveram e continuam tendo grande importância e têm muito a contribuir para mudar a forma como o desenvolvimento, a historia, a cultura, o ambiente, a sociedade são tratados na Guiné-Bissau. Conforme Koudawo (2005, entrevista), não se pode dizer que os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Instituto orientaram de forma decisiva as ações do governo dado que o contexto nacional de constante crise não o favorece.

> Este contexto obriga o governo a estar sob a pressão de imperativos imediatos. Desde os anos 80 o governo entrou num período de corrida para satisfazer necessidades imediatas e isto não deixa lugar para o desenvolvimento de planos e programas de longo alcance. No entanto o INEP ancora a sua ação nesta perspectiva e o fato do governo ficar refém das perspectivas de curto prazo faz com que o trabalho do instituto não seja muito utilizado pelo governo. No entanto o desenvolvimento de reflexões, a disponibilização de

> instrumentos de analise permite a quem quiser consultar e inspirar-se. O fato de realizarmos estudos não significa necessariamente que vão ser imediatamente utilizados, mas, marcam passos que depois poderão ser aproveitados por quem quiser (Informação verbal).

Entretanto, o Instituto continua a cumprir com o seu papel, desenvolvendo e disponibilizando estudos e pesquisas (estudos de avaliação, propostas, analises de políticas etc.), que possam aclarar a visão e as tomadas de decisão dos governantes e possam melhorar o desempenho como um todo. Apresentam-se em seguida alguns destes projetos de estudos.

1 PROJETO DE ESTUDO SOBRE A HISTORIA CONTEMPORÂNEA DA GUINÉ-BISSAU

Uma das razões da criação do INEP, e principalmente do seu Centro de Estudos de Historia e Antropologia, segundo o Relatório Anual n° 2 (1985/86, p. 39), tem a ver com a necessidade da realização de pesquisas com vistas recolha de dados para a constituição da historia contemporânea da Guiné-Bissau.

No primeiro momento o estudo teve o apoio aparente das estruturas governamentais e do partido (PAIGC) libertador no poder. A primeira tarefa neste sentido foi a elaboração de um projeto de estudo destinado a recolha de dados sobre a historia da luta de libertação nacional.

O projeto contemplava entre outras atividades: campanha de recolha das tradições orais com vista à constituição do arquivo sonoro. Para o efeito foram realizados entre outras atividades preparatórias, seminário sobre metodologia da recolha da tradição

oral, para capacitar os envolvidos, tanto a nível central como a nível das regiões, a realizar os trabalhos; sensibilização das populações e dos militares para a localização e recolha das fontes que fornecerão os dados úteis para a reconstrução da historia da luta de libertação nacional, entre outros.

O conflito político-militar de 7 de junho de 1998 acabou por destruir na sua totalidade o deposito audiovisual resultante deste estudo, com 6.000 clichês, 7.000 fotografias, 249 cassetes referentes à luta de libertação nacional e 120 diapositivos assim como todo o material e equipamento do deposito (gravadores, vídeo, câmaras de fotográficas e de filmar, leitores de cassetes e bobinas etc.).

No entanto está em perspectiva o recomeço do estudo com o apoio financeiro da Agencia Suíça para o Desenvolvimento Internacional SWISSAID/Guiné-Bissau que terá como principal grupo-alvo nesta primeira fase, os antigos combatentes da liberdade da pátria, procurando registrar historias de vida e outras informações sobre a luta de libertação nacional.

2 EXERCÍCIO NATCAP

Realizado entre 1986 a 1990, com o apoio financeiro do PNUD, foi um projeto de estudo que tinha como principal finalidade realizar estudos com relação aos recursos humanos e à assistência técnica no país. Os objetivos almejados com o estudo eram por um lado, o de permitir uma utilização ótima e o desenvolvimento dos recursos humanos e por outro o de organizar e coordenar melhor as ajudas no domínio da assistência técnica.

Os resultados foram reunidos num relatório final que para além de sua publicação e a consequente disponibilização ao publico em geral, foi entregue ao governo para servir de subsidio para os seus programas relativos à matéria.

3 PROJETO DE ESTUDO SOBRE O USO DA TERRA

Um outro objeto da investigação dos investigadores do INEP é o conjunto conflituoso em que a terra ocupa um lugar de estrema importância, por constituir um campo de investimento de varias estratégias de grupos e classes. "Uso da Terra" diz respeito às regras de apropriação da terra pelos camponeses da Guiné-Bissau, desde as apropriações: coletiva, clânica, familiar até a apropriação individual. Estas diversas regras de apropriação estão relacionadas com relações sociais de produção distintas.

A estas regras de uso da terra tradicionais, se opõem outras que resultam da ação de "modernização" do Estado colonial e do Estado após a conquista da Independência nacional, com a sua consequente racionalização tecnológica e jurídica, que se faz acompanhar das noções de propriedade do Estado e de propriedade privada.

Estudos como: Conceito e valor da propriedade na vida costumeira: O caso dos Mancanhas[2]; O Direito de posse e problemática da sucessão no direito costumeiro da Guiné-Bissau; A Apropriação Clânica da terra nos Bijagos[3]; Uso tradicional da terra na Ilha de Uno; A distribuição capitalista da terra na Guiné-Bissau; Os ponteiros na Guiné-Bissau; Uso tradicional da terra nos Balantas[4]; Uso tradicional da terra nos Manjacos[5]; entre outros, foram desenvolvidos pelos investigadores do Instituto. A primeira contribuição imediata do projeto foi a realização do seminário sobre os estatutos jurídicos da terra na Guiné-Bissau em 1992 em conjunto com a Faculdade de direito de Bissau.

---

[2] Mancanhas é o nome de um grupo étnico da Guiné-Bissau.
[3] Bijagos é o nome de um grupo étnico da Guiné-Bissau.
[4] Balantas é o nome de um grupo étnico da Guiné-Bissau.
[5] Manjacos é o nome de um grupo étnico da Guiné-Bissau.

Após a conclusão das atividades do projeto, o Instituto publicou os resultados da pesquisa disponíveis agora para o publico interessado neste assunto. Para além de contribuir para que a jovem geração conheça uma parte da cultura dos seus antepassados, o estudo teve como principal contribuição o fornecimento de dados que tiveram muita importância quando da elaboração dos estatutos sobre a lei da terra na Guiné-Bissau. Para a implementação deste estudo o INEP teve o apoio financeiro da cooperação sueca.

4 PROJETO DE ESTUDO SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU

O projeto de estudo sobre a Transição Democrática na Guiné-Bissau, é outro empreendimento do Instituto que tinha como objetivo principal analisar, nas suas múltiplas dimensões, o período de mutação política decorrido no país nos anos 90. Pretendia-se igualmente com o estudo, contribuir, a nível internacional, com projetos/grupos de estudo dedicados à analise da transição liberal e/ou democrática decorridos em África.

Sendo o observatório político do INEP, pretendia-se transformar este projeto num fórum de estimulo aos debates de ideias, e de prospecção das vias do devir nacional. Do mesmo modo, não se limitava a escutar de longe a cena de transição guineense, procurava-se promover debates não partidários e de alto nível sobre as questões de interesse vital para a nação e, fundamentalmente, tinha-se a pretensão com o projeto, constituir um corpus documental sobre os programas políticos da época e as estratégias a curto e médio prazo dos partidos políticos.

Os investigadores envolvidos no projeto trabalharam com vários temas relativos ao assunto, nomeadamente sobre a Nova Classe Política; A noção de hegemonia ideológica no contexto

atual da Guiné-Bissau; A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau; Os aspetos institucionais da governação; A sociedade civil e o processo de democratização na Guiné-Bissau; Unidade nacional e transição democrática; e, Poder tradicional e transição democrática.

Para alem de atingir os objetivos almejados, o projeto contribuiu para a criação da consciência critica e do livre pensamento no seio da população; o espírito de jogo político democrático a nível dos partidos políticos, entre outros. Os estudos e demais atividades desenvolvidas pelo projeto foram publicados e estão disponíveis ao publico.

5 PROJETO DE SEGUIMENTO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

O Projeto de Seguimento do Programa de Ajustamento Estrutural em vigor no país desde 1987. O primeiro do gênero na Guiné-Bissau, tinha como principal objetivo fazer a analise dos efeitos do PAE em diferentes vertentes, nomeadamente análise multisetorial e multidimensional nas áreas da Saúde, Educação, Agricultura, Economia, Setor Informal, Questões Institucionais e na área das Pescas.

Estas áreas foram agrupadas em três grandes blocos, Institucional, Social e o bloco econômico-financeiro. Assim, no que diz respeito às questões Institucionais o projeto analisou:

- As Reformas Institucionais no contexto da Liberalização Econômica;
- A Organização Administrativa e as Reformas Preconizadas no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural; e,

- O Novo Papel da Administração Econômica e Financeira.

Uma das conclusões do estudo demonstra que o programa colocou de lado o componente social do desenvolvimento. Ou seja, o PAE não somente privilegiou o componente macroeconômico e financeiro em detrimento do social, mas, o objetivo que ele se fixou o programa para atingir os resultados no primeiro domínio estão em flagrante contradição com a promoção do desenvolvimento social.

O programa criou mais dificuldades às populações, impondo sacrifícios enormes aos membros das camadas mais desfavorecidas. Esta situação acabou provocando quer no setor da Saúde, na Agricultura e principalmente no setor da Educação a mobilidade dos efetivos, atraídos pela abertura do setor privado:

> Os professores começaram a abandonar a profissão, elegendo setores da economia onde o salário e os benefícios colaterais exercem certa atração sobre os jovens flagelados pela austeridade. A Educação perdia assim alguns dos seus melhores quadros, nomeadamente os graduados do destacamento "Chico Té", que escolheram paragens extraterritoriais para exercerem a profissão que a Guiné não lhes quis... (INEP/CESE, 1993, p. 13),

Após a conclusão do estudo, para além de entregar ao governo o relatório final, o INEP dedicou uma publicação especial ao estudo. Pode-se dizer que o objetivo mais modesto deste estudo e que constitui ao mesmo tempo o seu mérito é de conseguir apresentar uma reflexão critica, independente, coletiva e puramente nacional sobre o impacto do Programa de Ajustamento Estrutural aplicado na Guiné-Bissau.

6 PROJETO DE ESTUDOS PROSPECTIVOS NACIONAIS A LONGO PRAZO (NLTPS)

Iniciado em janeiro de 1994, o Projeto de Estudos Prospectivos a Longo Prazo, pretendia responder a seguinte questão: Como será a Guiné-Bissau no ano 2025? Era um projeto do INEP, coordenado pelo programa do PNUD "Futuros Africanos" e financiado pelo governo holandês, com duração de dois anos.

Sendo um projeto inédito no país, mas necessário dado que após vinte anos de independência e após ter tentado as mais variadas iniciativas de desenvolvimento político e sócioeconômico, o balanço era modesto e os resultados tangíveis estavam muito aquém das expectativas iniciais.

Esta abordagem impôs-se como alternativa à "ditadura de curto prazo" que imperou no país após o falhanço das grandes iniciativas econômicas após a Independência, da predominância da gestão do quotidiano que submete a um horizonte limitado as projeções no futuro.

O projeto tinha, portanto como principais objetivos identificar os futuros possíveis da Guiné-Bissau no horizonte 25 a 30 anos e fornecer aos diferentes atores nacionais um quadro de referencia que lhes permita elaborar estratégias a curto, médio e longo prazo. O projeto compreendia quatro principais fases:

1. ***Identificação da Problemática*** – foram identificadas nesta fase, as aspirações nacionais e os problemas de desenvolvimento. Uma metodologia largamente participativa presidiu esta recolha inédita no país, transformando-se numa base preciosa de conhecimentos das carências das populações e das suas expectativas para o futuro;

2. ***Construção da base*** – aqui, foram realizadas análises retrospectivas e estruturais dos problemas identificados na fase anterior. Esta retrospectiva e o diagnostico que a completa ofereceram um conhecimento afinado das tendências dominantes, das estratégias passadas e os seus resultados, dos germes de mudança, das forças, fraquezas, oportunidades, ameaças, etc., do país;
3. ***Elaboração de cenários*** – em função dos resultados da fase 2 e tendo em vista as aspirações identificadas na fase 1 foram elaborados diferentes cenários (Djitu tem[6], Koba de djanfa[7], Sol na iardi[8] e Urdumunho[9]) possíveis para a Guiné-Bissau no horizonte de 25 a 30 anos. Esta

[6] Djitu tem – é uma desafiante negação do sentimento de desesperança contido na expressão fatalista Djitu ka tem, que impregnou a sociedade durante a década de oitenta, resultando na criação de uma atitude de dependência de um povo cuja coragem, capacidade e tenacidade, foram demonstradas durante onze anos de uma guerra de libertação vitoriosa contra uma potencia colonial bem equipada e obstinada em manter a sua dominação.

[7] Koba di djanfa – Devido as suas características negativas e as suas consequências desastrosas para todos, mesmo para aqueles que inicialmente se julgavam a resguardo delas ou os seus beneficiários, este cenário é denominado Koba di djanfa. Este nome faz referência à sabedoria popular que diz que quem cava uma cova no caminho não está livre do perigo de cair nela. Significa que ninguém beneficia de maneira absoluta na política do pior.

[8] Sol na iardi – Profundamente enraizado na sociedade guineense, o provérbio escolhido para denominar este cenário extremamente positivo, expressa a sabedoria popular segundo a qual se deve aproveitar as oportunidades; se somos ajudados por alguém, devemos potencializar as nossas capacidades e redobrar os esforços para a consecução dos nossos objetivos.

[9] Urdumunho – este cenário apresenta uma imagem pessimista do país no horizonte 2025. por esta razão é denominado Urdumunho (remoinho), fenômeno natural frequente na Guiné-Bissau e que tem na crença popular um significado místico. É lhe atribuído nomeadamente o poder de punir e de trazer azar (‘mufuneça em criol’). Por esta razão é temido por todos. No seu movimento em espiral, sem direção nem destino certo, vai destruindo tudo o que encontrar na sua passagem. As suas capacidades destruidoras e o seu poder místico fazem dele um fenômeno forte, capaz de desafiar todos os obstáculos. Urdumunho limpa e suja, avança e retrocede, provoca azar; felizmente ele produz-se em períodos determinados do ano e do dia, e em condições bem especificas.

fase propõe quatro evoluções plausíveis sobre a trama tecida por elementos-chave dos quais o mais estruturante é a qualidade da governação. O cenário de referência, Djitu tem, que é uma aposta na boa governação, o esforço interno voluntariamente consentido assim como s elementos do futuro desejado contribuíram para fixar a visão positiva que s guineenses do seu país para 2025;

4. ***Elaboração de estratégias nacionais de desenvolvimento*** – consistia na elaboração de planos de ação para materializar os cenários desejados. A sua elaboração compreendeu cinco etapas principais: extração, a partir da retrospectiva e do diagnostico, do que constitui a especificidade da Guiné-Bissau; elaboração da visão Guiné-Bissau 2025 a partir das aspirações e dos principais elementos constituintes do cenário de referencia "Djitu tem"; identificação das questões estratégicas, que são um conjunto de problemas fundamentais que condicionam a realização da visão; formulação, seleção e hierarquização das opções estratégicas, que são respostas as questões estratégicas colocadas. O conjunto das estratégias assim identificadas foram selecionadas e hierarquizadas por forma a reter um numero reduzido de opções que constituem estratégias nacionais de desenvolvimento; apresentação das questões estratégicas sob a forma de prioridades para o desenvolvimento nacional, identificando lhes objetivos, atores e fatores de sucesso e eventuais resultados. Estas estratégias são respostas às cinco questões capitais que condicionaram de maneira preponderante o futuro da Guiné-Bissau.

As conclusões deste projeto de estudo permitiram ter-se uma visão clara de que o desenvolvimento da Guiné-Bissau necessita de uma abordagem ampla e abrangente, que tenha em

conta não a apenas os aspetos econômicos, mas também as dimensões sociais, humanas, ambientais e institucionais. Isto quer dizer que questões como a boa governação, a luta contra a corrupção, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade entre os gêneros, o reforço das capacidades institucionais, a melhoria da oferta de serviços sociais, o aumento da capacidade produtiva da agricultura e das pescas, a preservação do ambiente, entre outros devem merecer uma atenção acrescida.

Os resultados foram amplamente divulgados não só pelas publicações dos resultados das diferentes fases e do relatório final, mas também pela realização de ateliês, seminários, mesas redondas, conferencias, com a participação de um variado publico incluindo o Presidente da República e do Primeiro Ministro da Guiné-Bissau.

7 PROJETO DE CRIAÇÃO DE REDE NACIONAL DE INFORMAÇÃO CIENTIFICA E TÉCNICA

Este projeto financiado pelo CRDI (Centre de Recherche pour le Developpement International), tinha como principal finalidade, a criação de uma Rede Nacional de Informação Cientifica e Técnica com a participação de outras instituições do país. Neste âmbito uma serie de ações foram levadas a cabo, realçando-se:

- Realização de cursos de informática, e de CDS/ISIS para os bibliotecários e documentalistas das instituições integrantes da rede e também para os investigadores;
- Participação em cursos de formação no exterior sobre o programa CDS/ISIS, desenvolvidos pela UNESCO e adotado pela Biblioteca do INEP;
- Identificação do equipamento, aquisição e instalação da Rede Interna do INEP;

- Contactos regulares com os responsáveis das instituições que constituirão o núcleo inicial e ações de formação dos mesmos para dinamizar os trabalhos;
- Criação da Base Nacional de Dados Bibliográficos através da utilização da versão multi-posto do programa CDS/ISIS;
- Recolha de elementos para a implementação da base de dados sobre os projetos de desenvolvimento da Guiné-Bissau;
- Implementação da Base de Dados Bibliográficos em colaboração com a Biblioteca Publica do INEP;
- Realização de curso de informática PORBASE 4.0 para bibliotecários e documentalistas das instituições da Rede Nacional;
- Realização de curso em CDS/ISIS, FORMATO UNIMARC;
- Informatização de estudos;
- Atualização de facheiros.

As atividades do projeto foram interrompidas pelo conflito político-militar de 1998/99. Esta-se iniciando praticamente do zero. Todo o que se tinha em termos de equipamentos e de dados foram perdidos.

8 PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E APOIO A COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA REGIÃO DE BOLAMA/BIJAGOS – PIDAC

É um projeto, criado na base de um acordo celebrado entre o INEP e a União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, cujas atividades assentam em duas vertentes fundamentais,

nomeadamente a pesquisa e a coordenação entre os diferentes intervenientes na região Bolama/Bijagos.

O objetivo fundamental do projeto diz respeito à criação de condições para a implementação de um plano de gestão para a futura Reserva de Biosfera no Arquipélago. Entre as diferentes atividades desenvolvidas pelo projeto destacam-se:

- Organização de reuniões de integração para a constituição de um grupo de coordenação interinstitucional do programa;
- Cartografia e calendarização das utilizações tradicionais e "modernas" da terra;
- Levantamento de dados sobre as infraestruturas hoteleiras com vista à realização do estudo de impacto ambiental;
- Participação nos trabalhos do Comitê Técnico do Conselho Nacional do Ambiente;
- Integração visual das imagens de satélite SPOT e fotografias aéreas;
- Elaboração da carta de especialização das atividades tradicionais, áreas sagradas e limites entre tabancas (aldeias);
- Elaboração da carta de zonagem (macro zoneamento da região);
- Recolha de dados, análise e seguimento das atividades agrícolas e turísticas no Arquipélago;
- Recolha de dados e análise da gestão dos espaços na etnia bijago;
- Elaboração da documentação necessária para a oficialização da Reserva de Biosfera junto à UNESCO;
- Análise e avaliação do recenseamento agrícola sobre a região de Bolama/Bijagos;
- Recolha, sistematização, informatização e análise dos dados da "Campanha de Tartaruga" na ilha de Poilão,

com vista a elaboração de um plano de gestão das tartarugas marinhas;
- Elaboração do inquérito sobre a regulamentação do futuro parque marinho - insular de João Vieira e Poilão;
- Elaboração da carta de ordenamento de território e seguimento do projeto de transferência do banco de dados e do sistema de Informação Geográfica (SIG).

Uma grande parte dos trabalhos do projeto foram interrompidos pelo conflito político-militar de 1998/99 em que, como já foi mencionado todos os equipamentos e materiais dos projetos no INEP foram danificados. Todo um esforço de vários anos foi destruído pelo conflito político-militar de 1998/99. Todos os relatórios produzidos ao longo do projeto, bem como os bancos de dados contendo informações sobre, por exemplo, as Tartarugas marinhas e as Aves migratórias do arquipélago, assim como um jogo de 1000 diapositivos e mais de 500 fotografias sobre a fauna, a flora e a população da região foram perdidos. Fotografias aéreas, imagens de satélite e demais dados foram igualmente danificados.

No entanto o INEP e a UICN estão engajados na continuidade do projeto, tendo já conseguido com o apoio dos seus parceiros a adquirir a maior parte dos equipamentos e, o projeto esta renascendo com atividades funcionais já no arquipélago. Alias, este é dos poucos projetos que praticamente funcionaram ao longo de toda a crise após o conflito, tendo desenvolvido muitas atividades.

9 PROJETOS INDIVIDUAIS DE PESQUISA

Para além dos projetos de estudos e pesquisa realizados no quadro de cada centro, os investigadores individualmente desenvolvem seus próprios projetos de pesquisa em conformidade

com os programas anuais ou plurianuais de pesquisa elaborados pelo Instituto para cada um dos seus três centros de estudos e pesquisa. Inúmeros estudos de grande valor foram desenvolvidos pelos investigadores permanentes e também pelos investigadores associados nacionais e estrangeiros.

EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS

Paralelamente a essas ações de estudos e pesquisa o Instituto tem realizado eventos de caráter cientifico e cultural nomeadamente, conferencias, colóquios, palestras e mesas redondas entre outros, tanto de caráter nacional como internacional, para em conjunto com o grande publico, debruçar-se sobre os resultados dos estudos e pesquisas e com relação a outros temas de interesse cultural relacionados com o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

De Caráter Nacional:

- Seminário Nacional "balanço do ano I do NLTPS"
- Seminário sobre a Guiné-Bissau 2025: Djitu Tem (Tem Jeito);
- Jornada de reflexão sobre o Processo de Transição na Guiné-Bissau;
- Conferência sobre os Projetos Regionais de Desenvolvimento Integrado e modelos de desenvolvimento socioeconômico;
- Conferencia sobre Energia e Desenvolvimento;
- Seminário de Alto nível sobre a Gestão macroeconômica do país;
- Conferencia sobre 25 de Abril de 1974 e o processo de descolonização;
- Conferencia sobre a crise angolana após as primeiras eleições pluralistas: consequências e lições.

De Caráter Internacional

- Segundo Colóquio Internacional de Ciências Sociais nos PALOPs[10] sob o tema "O Sistema Colonial Português em África, de 1930 a 1995 e o seu impacto sobre a Realidade Socioeconômica e Política no Pos independência";
- Colóquio sobre o Direito Consuetudinário Africano;
- Colóquio Internacional de Cachéu Cidade Antiga;
- Conferencia Internacional "Guiné-Bissau: Vinte anos de Independência"
- Colóquio Internacional de Bolama: Caminho Longe;
- Seminário Internacional sobre os Programas de Ajustamento Estrutural em África;
- Jornada de Reflexão Cientifica sobre os Sistemas Políticos, Democracia e Desenvolvimento em África;
- Conferencia Internacional sobre a Reserva da Biosfera Bolama/Bijagòs.

PUBLICAÇÕES DO INEP

Conseqüentemente, o Serviço de Publicações do Instituto tem publicado os resultados dos estudos e pesquisas e de outras realizações do INEP, de pesquisadores nacionais e estrangeiras relacionadas ao país sendo até 2004 mais de 250 títulos sobre os variados temas de interesse nacional. Destacando-se neste âmbito a publicação na Coleção Kaku Martel dos livros,

- A Guiné-Bissau a Caminho do Ano 2000 em 1989;
- A Construção da Nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe;

[10] PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

- Mansas, escravos, grumetes e gentios: Cachéu na encruzilhada de civilizações em 1994;
- Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau de autoria do Investigador Peter Karibe Mendy, em 1994;
- Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios, em 1996;
- Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Analise dos efeitos sócio-econômicos;
- Intervenção Rural Integrada: a experiência do norte da Guiné-Bissau da autoria do investigador Mamadu Jao, em 1999;
- Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia revolucionaria a Democracia liberal da autoria do investigador Fafali Koudawo, em 2001.

Esta coleção já publicou mais de 14 livros.

A revista de estudos Guineenses SORONDA uma publicação semestral pluridisciplinar dedicada aos trabalhos de pesquisa relacionados com as principais atividades do Instituto já está na sua 28ª edição, tendo publicado até 2004 mais de 147 artigos, 27 notas de leitura, 4 obituários e 4 editoriais, cobrindo mais de uma dezena e meia de áreas do saber, nomeadamente história, antropologia, socioeconomia, ambiente, religião, entre várias outras. Destacam-se ainda algumas publicações independentes do Instituto, nomeadamente,

- Bolama: Entre a Generosidade da Natureza e a Cobiça dos Homens em 1996;
- Guiné-Bissau Vinte anos de Independência. Desenvolvimento e Democracia, Balanço e Perspectivas em 1996;
- Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso em 1996;
- Guiné-Bissau 2025: Djitu Tem em 1996, INEP/NLTPS;

- Guiné-Bissau: Rapport National de Developpement Humain, em 2001.

Para atender a solicitação de escritores nacionais lança em 1996 com o apoio financeiro da União Européia com a edição de três livros de poemas em Krioulo e Português: Barkafon de poesia na Kriol; Noites de insônia na Terra Adormecida; Entre o Ser e o Amar.

PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO INSTITUCIONAL

Para estar à altura das exigências do processo de desenvolvimento do país, da integração regional e da própria globalização, o Instituto tem-se preocupado sempre em tornar-se flexível, procurando sempre reformular a sua estrutura, a sua estratégia e as suas ações a cada momento.

Neste sentido, esperançado na tomada de consciência dos guineenses sobre a necessidade de mudar o rumo dos acontecimentos que têm caracterizado o país nos últimos anos, e confiante numa mudança positiva que permita um normal funcionamento das instituições, as perspectivas do Instituto estão neste momento viradas para a implementação do seu plano estratégico denominado INEP – 2010.

O referido plano foi pensado e preparado na base de um esforço interno dos quadros e funcionários do INEP, com uma ampla participação dos seus amigos internos e externos que, na sequência do imenso prejuízo sofrido pelo Instituto durante a guerra que assolou a Guiné-Bissau de 7 de junho de 1998 a 7 de maio de 1999, decidiram que a reconstrução não deveria cingir-se apenas a reabilitação física, mas abranger uma profunda reflexão destinada a assentar as bases sólidas de uma nova partida como uma verdadeira refundação.

Acredita-se que o plano estratégico seja o garante da preservação e o fortalecimento da postura independente que o

Instituto tem assumido desde a sua criação; da manutenção da sua vocação de promotor da pesquisa fundamental; do cumprimento de sua missão de impulsionador da investigação aplicada ao serviço do desenvolvimento, e da sua contribuição no reforço das capacidades nacionais.

O documento contém 5 grandes estratégias e 14 opções estratégicas:

1. Desenvolver uma política de investigação baseada no enraizamento da especificidade do INEP e no respeito pela sua vocação.

Opções Estratégicas:

- Promover a pesquisa fundamental como alicerce da especificidade do Instituto;
- Desenvolver uma investigação aplicada criteriosamente orientada para o apoio ao processo de desenvolvimento do país;
- Promover uma política de parceria diversificada que garanta o equilíbrio entre as duas vertentes da missão.

2. Assegurar a afirmação do INEP como Centro de Excelência.

Opções Estratégicas:

- Concentrar os esforços do INEP num acervo de disciplinas prioritárias;
- Efetivar uma política de recrutamento baseada na atração e criteriosa seleção de especialistas de alto nível;
- Garantir boas condições de trabalho e efetivar uma política salarial baseada no mérito, para melhorar o desempenho;
- Reforçar a posição do INEP enquanto locomotiva da investigação cientifica no país;

- Alargar a rede dos parceiros internacionais do INEP e intensificar a sua irradiação no mundo lusófono e na sub-região.

3. Viabilizar um quadro institucional funcional, adaptado à missão e perspectivas de evolução do INEP.

Opções Estratégicas:
- Efetivar instrumentos jurídicos que consolidam uma autonomia alargada, o exercício de liberdade acadêmica e o bom enquadramento das atividades;
- Efetivar uma gestão eficiente e aliviar os investigadores da rotina administrativa.

4. Estabelecer as bases materiais e financeiras de um desenvolvimento harmonioso e sustentável do Instituto.

Opções Estratégicas:
- Estabelecer as bases de um financiamento sustentável à altura da missão do INEP;
- Dotar o INEP de instalações próprias.

5. Promover uma difusão multiforme e multimedia do saber.

Opções Estratégicas:
- Promover uma política editorial diversificada e fomentar uma vida intelectual ativa que valorize o livro;
- Promover uma presença ativa através das novas tecnologias de informação.

A implementação deste plano estratégico dependerá, naturalmente, de vários fatores entre os quais se destaca nomeadamente, a existência de recursos humanos técnica e cientificamente qualificados.

Esta condição só será possível de alcançar, se o Instituto continuar a ser atrativo, sobretudo do ponto de vista financeiro.

A verdade é que, neste momento, devido à elasticidade cada vez maior do mercado de trabalho, tanto as oportunidades como as ofertas aumentaram, o que torna ainda mais difíceis as condições de captação de quadros qualificados. A título de exemplo, há cerca de cinco anos que o INEP não consegue atrair um único investigador de nível sênior para as suas fileiras. Muitas das iniciativas de recrutamento levadas a cabo não surtiram efeito porque os técnicos implicados encontraram melhores ofertas.

A segunda condição estaria ligada com a importância que o governo vier a dar à área da ciência e tecnologia, importância essa que se traduzirá, em termos práticos, na quantidade de recursos postos à disposição desse sector.

ABSTRACT: Contrary to what has happened in other parts of the world, in Guinea-Bissau the institutions with vocation to scientific investigation preceded the establishment of superior formation institutions, the Universities, in around two decades. Created in 1984 with the aim of promoting and coordinating the activities of scientific investigation in the domain of natural and social sciences, the INEP has struggled since the beginning for scientific and technological capability – one of the strategic conditions to the country development process. INEP is well aware of the strong link between research and development, and of the fact that the greatest strength of any country does not reside on its natural, but on its human resources. The Institute stood out for the creation and the spreading out of knowledge. It firmly engaged itself on the fundamental and on applied research, becoming a key factor in the process of development in Guinea-Bissau. It has acted as a knowledge bank and the main reference entity for the whole country, supporting its developmental policies and programs.

Keywords: INEP. Scientific Sustainability. Development. Guinea-Bissau.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Carlos. **Políticas e estratégias de desenvolvimento socioeconômico na Guiné-Bissau**: fundamentos das orientações em matéria de cooperação. Bissau: BISE Boletim de Informação Sócio-econômica, n. 3-4, INEP, 1991.

CARDOSO, Bernardino. **Estudo aprofundado da pobreza na Guiné-Bissau**: o desenvolvimento macroeconômico. Bissau: ASDI, Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional, 1996.

ESTEVE, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

EMBALO, Filomena. Os desajustes do programa de ajustamento estrutural. Bissau: SORONDA, **Revista de Estudos Guineenses**, n. 16, p. 51-72, 1993.

INEP. Ano 2. **Relatório anual de atividades**: outubro de 1985 a outubro de 1986. Bissau: INACEP, EP, 1986.

INEP. Ano 5. **Relatório anual de atividades**: outubro de 1988 a outubro de 1989. Bissau: INACEP, EP, 1989.

INEP. Ano 8. **Relatório anual de atividades**: outubro de 1991 a outubro de 1992. Bissau: NOVAGRAFICA, 19992.

INEP. Ano 2. **Relatório anual de atividades**: outubro de 1993 a outubro de 1994. Bissau: NOVAGRAFICA, 1994.

INEP 2010. **Estratégias para um desenvolvimento sustentável**: 2000 a 2010. Bissau: NOVAGRAFICA, 2000.

INEP/CESE. Projeto de Estudo. **Os efeitos sócio-econômicos do programa de ajustamento estrutural**. Bissau: NOVAGRAFICA, 1993.

JAO, Mamadu. **Intervenção rural integrada**: a experiência do norte da Guiné-Bissau. Bissau: Coleção Kaku Martel, n. 12, INEP, 1999.

LOPES, Carlos. O papel da pesquisa no processo de desenvolvimento. In: HANDEM, Diana L; SILVA, Fernando Delfim da (Coords**.**). **A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000**. Bissau: Serviço de Publicações do INEP, 1989.

SILA, Abdulai. Estratégias de desenvolvimento e alternativas tecnológicas: um estudo de caso (Guiné-Bissau). Bissau: SORONDA, **Revista de Estudos Guineenses**, n. 13, p. 3-40, 1992.